

ÍNDICE

12.5.3 -	Programa de Minimização dos Efeitos da Desmobilização (PMED).....	1/12
----------	---	------

12.5.3 - Programa de Minimização dos Efeitos da Desmobilização (PMED)

Este Programa insere-se no contexto do licenciamento ambiental da LT500 kV Miracema - Sapeaçu e Subestações Associadas, como uma medida mitigatória aos impactos causados pelo empreendimento. O Programa de Minimização dos Efeitos da Desmobilização (PMED) busca definir algumas ações com o intuito de reduzir o impacto decorrente da finalização da construção do empreendimento. Para isto, o Programa visa atender não somente aos trabalhadores diretamente envolvidos na obra, mas também à comunidade envolvente que poderá sofrer impactos diretos e indiretos desta desmobilização.

▪ Objetivos

O objetivo principal deste Programa é mitigar os impactos provenientes da desmobilização dos trabalhadores em decorrência da finalização das obras de implementação do empreendimento, principalmente nos municípios previstos para receber canteiros de obras. Os objetivos específicos do Programa são:

- ▶ Minimizar os efeitos da desmobilização da obra;
- ▶ Monitorar a variação da renda da população residente e arrecadação de tributos dos municípios envolvidos;
- ▶ Estimular a recontração dos trabalhadores do empreendimento dispensados devido ao processo de desmobilização;
- ▶ Fornecer orientação para subsidiar as ações dos pequenos empreendedores locais diante da variação de demanda por serviços e produtos;
- ▶ Auxiliar o Planejamento dos Gastos Públicos para o período de redução de arrecadação de ISS.
- ▶ Promover adequações metodológicas ao longo do Programa e avaliar a receptividade do mesmo pelo público participante.

▪ Justificativa

Conforme apontado no **Capítulo 9 - Identificação e Avaliação de Impactos**, a implantação e a operação da LT 500 kV Miracema - Sapeaçu e Subestações Associadas produzirão diversos impactos socioambientais diretos e indiretos para população da Área de Influência (AI) do empreendimento. De modo geral, os municípios atravessados pelo empreendimento são considerados pequenos quanto à estrutura urbana, com população total inferior a 30 mil habitantes em 85% dos 47 municípios da AI. A chegada e presença de grande contingente de trabalhadores de outros municípios, além de pessoas atraídas pelo empreendimento, causarão impactos na dinâmica socioeconômica local.

Dentre os impactos identificados, podem ser destacados alguns positivos, circunscritos à etapa de construção do empreendimento, como o aumento da oferta de postos de serviços, aumento da demanda por produtos e serviços locais, maior volume de circulação de capital e conseqüente aumento da arrecadação pública.

As atividades de construção do empreendimento contarão com cerca de 6.600 trabalhadores. Além dos empregos diretos, prevê-se a criação de empregos indiretos nos ramos do comércio de materiais de construção, indústria de transformação e de produção de matérias primas, assim como para a contratação de serviços de terceiros nas áreas de transporte, alimentação, dentre outros.

Além disso, durante a construção do empreendimento, será necessária a aquisição de materiais, equipamentos e insumos para as obras, abastecimento e manutenção dos canteiros e frentes de obras. Também será necessária a contratação de serviços diversos para manutenção e gerenciamento dos canteiros, assim como para ações específicas nas frentes de obras.

Poderá também ser intensificada a demanda por produtos de estabelecimentos comerciais e de serviços (como pousadas, hotéis e restaurantes), por serviços de lazer e eventos culturais, disponibilidade de serviços de saúde e transporte.

Para os municípios, essa elevação na contratação de serviços representa aumento na arrecadação municipal de impostos que, se bem aplicados, pode gerar benefícios a

população local. De forma similar, para o comércio local, o aumento significativo no consumo de produtos e serviços implica na elevação do lucro local.

No entanto, com a conclusão das obras, cessam algumas intervenções por parte do empreendimento, bem como determinados impactos positivos a elas associados. A contratação da mão de obra em cada trecho tem cronograma que cresce gradativamente até um máximo de contratação. Após esse momento, a desmobilização também deve ocorrer gradativamente de acordo com o andamento das obras a cada trecho. Desta forma, com o fim do processo de instalação em cada trecho, toda mão de obra não deslocada para outros trechos deverá ser dispensada.

Sendo assim, o PMED justifica-se como uma medida para reduzir os impactos negativos decorrentes do encerramento das obras e consequente redução dos postos de trabalho gerados pelas obras, desmobilização dos trabalhadores, diminuição da circulação de capital, da demanda por produtos e serviços e da arrecadação municipal.

▪ Metas

- ▶ Implementar o PMED em 100% dos municípios recebedores de canteiros de obras e outros considerados prioritários, de forma a minimizar os efeitos da desmobilização da obra;
- ▶ Realizar 01 (um) levantamento e cruzamento de dados referentes à variação de renda da população residente e à arrecadação de tributos dos municípios envolvidos, a cada semestre, ao longo do período de obras até a conclusão do Programa;
- ▶ Subsidiar a criação de 01 (um) banco de dados de trabalhadores locais, coordenado pelo governo municipal;
- ▶ Cadastrar no banco de dados, no mínimo, 90% dos trabalhadores da obra em cada município;
- ▶ Orientar o cadastramento dos trabalhadores no Sistema Nacional de Empregos - Ministério do Trabalho e Renda (SINE), contemplando ao menos 70% dos trabalhadores;

- ▶ Oferecer 01 (uma) oficina de planejamento orçamentário, empreendedorismo e desenvolvimento local para os microempresários locais, no último semestre do período construtivo, em cada município contemplado pelo Programa. Fornecer oficina para gestores públicos, voltada para planejamento orçamentário, com carga horária de 16 horas, para uma média de 10 lideranças e gestores públicos de cada um dos municípios da AI contemplados pelo Programa;
- ▶ Elaborar 01 (um) um Plano de Trabalho e 01 (um) relatório de andamento de atividades por semestre, ao longo das atividades e um relatório final com consolidação e avaliação das atividades do PMED.

▪ Metodologia

A metodologia adotada para a implementação do PMED deve desenvolver-se em consonância com os impactos previstos na seção específica deste EIA, para cada momento do processo de desmobilização dos trabalhadores e conclusão das obras. Sendo assim, prevê-se a realização das seguintes atividades:

Planejamento Inicial

A primeira ação do PMED consiste na mobilização dos profissionais para atuar nas atividades e no nivelamento da equipe técnica, com leitura do EIA e demais documentos pertinentes à execução do Programa. Em seguida, deverá ser definido o conjunto de estratégias e atribuições necessárias à eficiente execução desse Programa, de maneira estratégica, de forma a se permitir o melhor alinhamento de recursos e reforços para o atendimento dos objetivos e metas traçadas. Essa atividade prevê a elaboração de um Plano de Trabalho interno para a execução das atividades subsequentes.

Levantamento de Dados/Monitoramento

Esta atividade contempla a coleta e sistematização de dados e indicadores referentes à composição e variação de renda da população e arrecadação de tributos dos municípios que receberão canteiros de obra, de modo a observar as alterações produzidas pela implantação do empreendimento. Os indicadores e dados coletados deverão atender ao menos aos seguintes temas: Emprego e Renda, Habitação, Arrecadação Municipal.

O levantamento e análise destes dados possibilitará a identificação de potencialidades socioeconômicas de cada município, o que poderá guiar as medidas adotadas e os investimentos promovidos.

Para possibilitar tal análise, a coleta destes indicadores deverá se dar periodicamente e estender-se desde o período anterior ao início das obras até o período inicial de operação da LT. A partir disso, poder-se-á adequar e otimizar as estratégias do Programa.

Articulação com Poder Público e Orientações sobre a Variação Orçamentária

Considerando-se que um dos impactos previstos para a fase de desmobilização é a normalização da arrecadação municipal após período de alta durante a construção do empreendimento, esta atividade tem como objetivo orientar os gestores públicos para que se planejem para essa variação orçamentária. Para isso, prevê-se a elaboração de um material informativo a ser distribuído aos gestores públicos. Essa atividade pode ser integrada com a etapa de articulação institucional realizada pelo Plano de Comunicação Social (PCS). Deve ser realizada preferencialmente antes do período construtivo.

Realização de Cadastramento para Trabalhadores da Obra em Bancos de Emprego

O cadastramento dos trabalhadores locais envolvidos na obra tem como objetivo a recontração destes para a realização de outras atividades do mesmo empreendimento/empreendedor ou contratação por outras empresas que venham a desenvolver atividades construtivas nos municípios da AI. Sendo assim, prevê-se o cadastramento dos trabalhadores no SINE (Sistema Nacional de Empregos - Ministério do Trabalho e Renda). Além disso, a criação de um banco de empregos municipal pode facilitar a contratação e prestação de serviços a nível local. Este cadastramento deve ser realizado para cada trabalhador antes de sua desmobilização.

O cadastramento deverá contemplar também os trabalhadores que participarem das atividades do Programa de Capacitação da Mão de obra local/regional e Serviços, mesmo que estes não tenham sido absorvidos pelo empreendimento.

Oficinas para Gestores Públicos sobre Planejamento Orçamentário

Esta atividade consiste na realização de oficinas sobre planejamento orçamentário, para que os gestores públicos possam orientar os gastos públicos prevendo a variação de arrecadação promovida pelo empreendimento, e de modo a otimizar o impacto positivo e o melhor aproveitamento dos recursos públicos no sentido de melhorar a qualidade de vida da população. As oficinas devem ser oferecidas aos gestores públicos de cada um dos municípios da AI contemplados pelo Programa e ter carga horária mínima de 16h. Esta atividade deve estar interrelacionada com o Programa de Apoio à Infraestrutura dos Serviços Públicos, e deve ser concluída antes da fase de pico das contratações no período construtivo.

Oficinas para Microempresários e Pequenos Produtores

As oficinas para os microempresários e pequenos produtores têm como objetivo orientá-los para a variação da demanda por produtos e serviços promovida pela implantação do empreendimento, e auxiliá-los a manter sua renda após o período de desmobilização. Além dos conteúdos específicos sobre empreendedorismo, deve-se abordar a questão do desenvolvimento local e estimular a criação de redes e cadeias de produção, em parceria com o poder público local. Esta oficina deve ter carga horária mínima de 40h e contemplar todos os municípios receptores de canteiros de obras e outros considerados prioritários, com presença de pelo menos 10 participantes de cada município. Para sua realização, pode-se contar com a articulação e parceria com outras instituições que já desenvolvem cursos sobre o tema. Essa atividade deverá ser realizada no último semestre do período construtivo.

Realização de Relatórios de Monitoramento e Avaliação

Como forma de sistematizar as ações desenvolvidas e as avaliações, possibilitando o acompanhamento, a equipe responsável pela implementação do PMED deverá elaborar relatórios, a saber:

- ▶ Relatórios semestrais produzidos ao longo do Programa contendo a descrição, análise crítica qualitativa e quantitativa, avaliação dos resultados parciais, além do registro fotográfico e demais evidências das ações desenvolvidas.

- ▶ 01 (um) relatório final consolidado ao término do Programa, contendo a descrição, análise crítica qualitativa e quantitativa e avaliação das ações desenvolvidas ao longo de todo o PMED, devendo aferir o cumprimento das metas estabelecidas a partir da análise dos indicadores, sugestões de ações futuras, além do registro fotográfico e demais evidências das ações desenvolvidas.

▪ Público-Alvo

As ações propostas no âmbito do PMED visam atender aos seguintes públicos prioritários, nos 16 municípios que receberão canteiros da LT:

- ▶ Trabalhadores do empreendimento;
- ▶ Gestores Públicos;
- ▶ Microempresários e pequenos produtores.

Além dos municípios que receberão canteiros de obras, outros municípios poderão ser contemplados pelo Programa de Minimização dos Efeitos da Desmobilização, se constatada a relevância do impacto negativo da desmobilização nestes sítios. Isto pode se dar tanto pela instalação de alguma infraestrutura de apoio no local, quanto pela utilização de algum serviço e/ou estrutura específicos do município.

▪ Indicadores de Efetividades

- ▶ Número de municípios contemplados pelo Programa × número de municípios recebedores de canteiros de obras e outros considerados prioritários para o Programa;
- ▶ Dados sistematizados semestralmente, por municípios;
- ▶ Banco de dados criado e cadastramento de trabalhadores da obra residentes no município;
- ▶ Porcentagem dos trabalhadores do empreendimento cadastrados no banco de dados;
- ▶ Porcentagem de trabalhadores da obra cadastrados no SINE;

- ▶ Avaliações positivas da oficina superior a 70%;
 - Material elaborado;
 - Quantitativo de material distribuído;
- ▶ Número de Plano de Trabalho e relatórios de andamento de atividades do PMED elaborados por semestre.

▪ Cronograma de Execução

Cronograma da Obra		LT 500 kV Miracema - Sapeaçu e Subestações Associadas																							
		Ano 1												Ano 2											
Atividades	Mês	-6	-5	-4	-3	-2	-1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL																									
1.1 Emissão da Licença de Instalação (LI)																									
1.2 Emissão da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV)																									
1.3 Acompanhamento da Obra e emissão da Licença de Operação (LO)																									
2. ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO - LINHA DE TRANSMISSÃO																									
2.1 Projeto Executivo																									
2.2 Mobilização																									
2.3 Instalação de Canteiros																									
2.4 Desempedimento da Faixa (Fundário)																									
2.5 Abertura de Faixa e Acessos (Supressão da Vegetação)																									
2.6 Corte Seletivo (Árvores Fora da Faixa)																									
2.7 Fundações																									
2.8 Montagem de Torres																									
2.9 Lançamento de Cabos																									
2.10 Seccionamento e Aterramento de Cercas																									
2.11 Ensaio de Comissionamento																									
2.12 Operação Comercial																									
3. ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO - SUBESTAÇÕES																									
3.1 Projeto Executivo																									
3.2 Mobilização																									
3.3 Instalação de Canteiros																									
3.4 Regularização Fundiária																									
3.5 Supressão da Vegetação																									
3.6 Fundações e Obras Cíveis																									
3.7 Montagem Eletromecânica																									
3.8 Ensaio de Comissionamento																									
3.9 Operação Comercial																									

Cronograma do Programa		Programa de Minimização dos Efeitos da Desmobilização																							
		Ano 1												Ano 2											
Atividades	Mês	-6	-5	-4	-3	-2	-1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Planejamento Inicial																									
Levantamento de dados Secundários/monitoramento																									
Elaboração de material informativo para Poder Público																									
Articulação com Poder Público																									
Cadastramento de Trabalhadores em Bancos de Empregos																									
Planejamento Pedagógico e Logístico das Oficinas																									
Elaboração de Material didático para as oficinas																									
Oficinas para Gestores Públicos																									
Oficinas para microempresários e pequenos produtores																									
Elaboração de relatórios																									
Monitoramento e avaliação																									

Coordenador:

Técnico:

▪ Inter-relação com outros Planos e Programas

Conforme indicado na metodologia, o PMEIA relaciona-se com os seguintes Programas, também previstos neste EIA:

- ▶ **Plano de Comunicação Social (PCS):** O PCS deve estar inter-relacionado com o PMED para a realização das atividades de Articulação com Poder Público e elaboração e distribuição para este público de material informativo sobre a variação orçamentária municipal, decorrente da realização das obras. Além disso, a inclusão nas campanhas de comunicação de alertas à população sobre o caráter temporário das obras e, conseqüentemente, da permanência limitada dos trabalhadores no local, tendem a contribuir para a minimização dos impactos negativos associados à desmobilização dos trabalhadores.
- ▶ **Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores (PEAT):** Este Programa pode auxiliar na orientação aos trabalhadores quanto aos impactos de sua permanência na localidade, visando minimizar os impactos negativos previstos para o período de sua desmobilização. Além disso, o PEAT pode fornecer suporte à atividade de cadastramento dos trabalhadores em bancos de emprego.
- ▶ **Programa de Capacitação da Mão de Obra Local/Regional:** No processo de formação da mão de obra local, os trabalhadores devem ser informados do caráter temporário das atividades. A capacitação de trabalhadores para atividades para as quais há uma demanda local, independente das obras do empreendimento, possibilita que a capacitação possa ajudar na reinserção profissional do trabalhador após a desmobilização por parte do empreendimento. Além disso, o Programa pode orientar o cadastramento de profissionais nos bancos de emprego.
- ▶ **Programa de Apoio à Infraestrutura dos Serviços Públicos:** A atividade de articulação e formação de gestores públicos deve ser realizada de modo integrado às atividades previstas pelo Programa, uma vez que a orientação em relação aos gastos públicos visa contribuir para que o orçamento municipal seja utilizado de forma a garantir a melhoria da qualidade de vida da população.

▪ Identificação dos Responsáveis e Parceiros

Este Programa é de responsabilidade do empreendedor, podendo contratar instituição ou empresa, estabelecer convênios ou parcerias com instituições públicas ou privadas para sua implementação.

▪ Fase do Empreendimento

As atividades do Programa concentram-se prioritariamente no período construtivo do empreendimento. Com exceção do monitoramento, que deve realizar o acompanhamento das variações de arrecadação e renda, comparando resultados obtidos antes, durante e após o período construtivo.

▪ Equipe Técnica

Técnico	Formação	Cadastro Técnico Federal (IBAMA)
MSc. Cassia Miranda	Cientista Social	5521392
Mariza Goulart	Cientista Social	541848